

A FORMAÇÃO DOCENTE NA AGENDA DO BANCO MUNDIAL

LA FORMACIÓN DOCENTE EN LA AGENDA DEL BANCO MUNDIAL

TEACHER TRAINING ON THE WORLD BANK AGENDA

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i2.63346>

Priscila Azevedo de Amorim¹

Betânia Moreira de Moraes²

Resumo: O objetivo é analisar as intervenções do Banco Mundial para a formação docente na atualidade. Metodologicamente utilizamos do Materialismo Histórico Dialético, com abordagem qualitativa, subsidiada pela investigação bibliográfica e documental. Especificamente realizamos a análise de quatro documentos elaborados por essa agência, os quais recomendam diretrizes educacionais a serem adotadas pelos países periféricos, entre eles o Brasil. Observa-se que essa agência tem concedido empréstimos e assessoria técnica aos países membros, desempenhando, com isso, uma influência expressiva na produção intelectual, por meio da elaboração de um conjunto de documentos que orientam a implementação das políticas educacionais e consequentemente a formação docente.

Palavras-chave: Educação. Formação docente. Banco Mundial. Capital.

Resumen: El objetivo es analizar las intervenciones del Banco Mundial para la formación docente en la actualidad. Metodológicamente utilizamos el Materialismo Histórico Dialéctico, con un enfoque cualitativo, apoyado en investigaciones bibliográficas y documentales. Basados en Mészáros (2005), Tonet (2005), Segundo y Jimenez (2015), y otros. En el estudio documental, analizamos cuatro documentos elaborados por esa agencia, que recomiendan directrices y propuestas educativas a ser adoptadas por los países periféricos, incluido Brasil. A lo largo de los años, esta institución ha otorgado préstamos y asistencia técnica a los países miembros, teniendo así una influencia significativa en la producción intelectual, a través de la elaboración de un conjunto de documentos que orientan la implementación de políticas educativas y consecuentemente la formación docente.

Palabras clave: Formación docente. Banco Mundial. Capital.

Abstract: The aim is to analyze the World Bank's interventions in teacher training today. Methodologically, we used Dialectical Historical Materialism, with a qualitative approach, supported by bibliographical and documentary research. Specifically, we analyzed four documents produced by this agency, which recommend educational guidelines to be adopted by peripheral countries, including Brazil. This agency has granted loans and technical advice to its member countries, thus having a significant influence on intellectual production by producing a set of documents that guide the implementation of educational policies and, consequently, teacher training.

Keywords: Education. Teacher training. World Bank. Capital.

Introdução

O campo da educação tem sido uma das alavancas que o capital tem utilizado para superar suas crises, o que é perceptível ao analisarmos as inúmeras modificações sofridas no setor educacional (Mendes Segundo e Jimenez, 2015; Tonet, 2003). Entre elas, é possível citar as privatizações do ensino, fragmentação

na formação do educando e educador, e atuação de órgãos internacionais nas políticas educacionais, entre os quais está o Banco Mundial (BM).

Autores como Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) destacam que o BM é um dos principais agentes colaboradores do capital em crise, e tem influenciado decisivamente as políticas educacionais. Essa influência do BM pode ser observada especificamente em países periféricos, com a utilização da garantia dos seus financiamentos como moeda de troca para as adesões de suas “recomendações”. Tais recomendações, é preciso lembrar, visam atender as necessidades do capitalismo.

Nesse sentido, percebemos que a formação docente em face às prerrogativas da reestruturação do capital, sob o imperativo da crise estrutural e tendo o Banco Mundial como um dos seus colaboradores, afligem o sistema educacional brasileiro em qualquer nível, circunstância ou modalidade (Mendes Segundo; Jimenez, 2015). Especificamente as diretrizes que trata da formação de professores, concebido pelo BM, aparentemente, estão articuladas ao processo de privatização, fragmentação e mercantilização da formação docente.

É nesse contexto que se insere este estudo. Apesar dos avanços que obtivemos ao longo dos anos, não sabemos ao certo como o BM tem deliberado suas diretrizes legais ao ponto de influenciar a formação docente. Essa problemática nos levou a realizar os seguintes questionamentos: como o Banco Mundial vem influenciando na educação brasileira? Quais as implicações das recomendações do referido banco para a formação de professor? Quais foram as recomendações do Banco Mundial para a formação docente? Esses questionamentos nos levaram a definir o seguinte objetivo de pesquisa: analisar as intervenções do Banco Mundial para a formação de professores.

A pesquisa do tipo bibliográfica e documental está alicerçada no Materialismo Histórico Dialético (MHD). Os argumentos e análises estão fundamentados nas ideias de Mészáros (2005), que nos fornece elementos para compreendermos os rebatimentos da crise estrutural do capital sobre a educação; Tonet (2003), que apresenta a lógica do capital e sua interferência no sistema educacional brasileiro; e Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010), que apresentam uma análise crítica do papel do BM na definição das políticas educacionais para os países periféricos.

Na análise documental, realizamos a leitura dos seguintes documentos: Conferência Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990); *Prioridades y Estrategias para La Educacion: examen del Banco Mundial* (1996); *Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: próximos passos* (2010); e *Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil* (2017). Através da análise desses documentos buscamos identificar, especificamente, as recomendações traçadas pelo BM para a formação docente.

Acerca do método MHD, Netto (2011, p. 45), afirma que para Marx: “[...] o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações”. Ou seja, para conhecer o objeto que se busca compreender, o pesquisador deve perscrutar sua gênese e seu movimento na história de modo que possamos desvelar a relação entre fenômeno e essência. Portanto, deve-se realizar uma interpretação dinâmica das determinações reflexivas entre a realidade econômica, social, política e cultural da sociedade a qual o objeto está inserido. O MHD parte do empírico (a realidade dada, como ela se apresenta à primeira

vista), dos conceitos mais gerais e, por meio de abstrações (reflexões, teoria) particulares, chega ao concreto. Depois percorre o caminho inverso, obtendo por essa via um conhecimento científico, ou seja, o concreto pensado!

Ademais, a reflexão acerca do objeto de estudo aqui proposto possibilita compreender os desdobramentos da política do BM sobre a educação que se desenvolve, também, na formação docente, daí a relevância deste estudo.

O artigo problematiza o discurso da formação docente no âmbito da agenda do Banco Mundial. O texto está estruturado em duas partes e as considerações finais. A primeira parte aborda a base teórica do estudo, a qual aponta, em síntese, como o BM interfere no complexo educacional e consequentemente na formação docente, tendo em vista atender as necessidades de reprodução do capital. Em seguida, apresentamos as análises de quatro documentos formulados pelo Banco, com intuito de revelar algumas das recomendações dessa agência para a educação de forma geral e para a formação de professores em particular. Por fim, nas considerações finais, identificamos o que de sumo conseguimos extrair do estudo sobre a formação docente no âmbito da agenda do BM.

Do ponto de vista teórico marxista, discutir a educação, especificamente a formação docente (FD) na agenda do BM, sem considerar os aspectos sociais, políticos e culturais, é inconcebível. Embora a FD tenha tido avanços consideráveis nesta sociedade capitalista contemporânea, como, por exemplo, o crescimento de professores com graduação inicial, ampliação da oferta para a formação continuada, como mestrado e doutorado, e a criação de fundos de financiamentos e valorização do magistério, ela não se isenta dos efeitos da crise estrutural do capital e como consequência da atuação do BM sobre sua base técnica e teórica.

Sob essa ótica, a formação docente também sofre regressões, como exemplos: a expansão da oferta de cursos superiores com caráter duvidoso; conhecimento com foco, na prática em detrimento da teoria; formação continuada aparente, sem conexão com a área de atuação; cobrança elevada de trabalho, com foco nas avaliações externas, com intuito de elevar os resultados dos índices escolares; além da redução de direitos, desprestígio e desvalorização social (Lima, 2007; Mendes Segundo e Jimenez, 2015, Tonet, 2003).

O pesquisador Ivo Tonet (2003) esclarece que, se o sistema está em crise, a educação também entra em crise. Em seu texto “Educação numa Encruzilhada”, publicado em 2003, ele deixa claro que a educação, como parte dessa sociabilidade e como mediadora da reprodução social, “também se vê diante de uma encruzilhada: ou contribui para a reprodução do capital e sua barbárie ou para a construção de uma nova e superior forma de sociabilidade” (Tonet, 2003, p. 1).

Tomando como referência os estudos do filósofo húngaro Mészáros (2005), consideramos que a sociedade capitalista vivencia uma aguda crise, nomeada por esse pesquisador de crise estrutural do capital. Nesse sentido, antes de discutirmos os documentos analisados, é importante compreendermos como a proporção dessa crise interfere na educação e consequentemente na formação do professor, tendo como um dos principais agentes colaboradores o Banco Mundial.

A partir dos anos 50, vivenciamos o desenvolvimento das novas tecnologias e a alta produção de riquezas, sendo suficientes para manter o capital em constante ascensão. No entanto, no final da década de

60, esse sistema entra em declínio, atingindo seu esgotamento nos anos 70. Mészáros (2005) denomina esse fenômeno de Crise Estrutural do Capital, com interferências não só nos setores econômico e político, como também na educação e na formação de professores.

Cabe ressaltar que essa crise foi influenciada por diversos fatores, entre eles a queda da taxa de lucro, o baixo poder de consumo, a retirada do sistema taylorismo/fordismo e a decadência do modelo de Bem-estar Social. Para solucionar esse problema, de acordo com Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010), o capital, a partir de 1970, promove seu processo de reestruturação produtiva e a inclusão de novas medidas para as esferas econômica, política, ideológica e social, que culminou no neoliberalismo. Logo, o neoliberalismo surgiu como proposta à crise do capital, que

[...] como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2003, p. 31).

Ao neoliberalismo cabe elevar o quadro econômico e político a fim de estimular o crescimento da taxa de lucro, após a falência do modelo de Estado de Bem-estar Social³. Cabe ressaltar que o governo da ministra Margaret Thatcher, no Reino Unido, foi o primeiro, entre os países centrais, a adotar o programa neoliberal no final da década de 1970. Em seguida, Ronald Reagan nos Estados Unidos, na década de 1980, fez o mesmo. Já entre os países periféricos, o Chile foi o pioneiro, nos anos de 1970, no período do governo do general Pinochet (Mendes Segundo; Jimenez, 2015).

No Brasil, de modo geral, a adesão ao neoliberalismo iniciou-se tardiamente em relação aos países desenvolvidos. Após a queda do governo de José Sarney (1985 - 1990), a burguesia cobrava a entrada do país no mercado internacional e a “substituição do modelo desenvolvimentista por novos padrões de acumulação, reivindicando o fim da intervenção estatal no mercado interno e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas” (Lima, 2007, p 88). Assim, a burguesia “se une” em prol dos seus interesses individuais “no final da década de 1980 para eleger Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, abrindo o caminho para o neoliberalismo à brasileira” (Oliveira, 1995, p. 24). Porém, esse modelo só ganha força a partir dos dois mandatos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 - 1998 e 1999 - 2002) através da Reforma do Estado, no documento intitulado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, publicado em 1995.

Com a rápida evolução das tecnologias, a perspectiva da economia globalizada e da política neoliberal, há uma demanda crescente por habilidades específicas e conhecimentos técnicos. Freres, Rabelo e Mendes Segundo (2010) argumentam que, nessa reconfiguração do capital em crise, a educação foi atrelada, de forma prioritária, ao setor produtivo como um importante complexo tanto para a formação do trabalhador e de extrema necessidade e utilidade tanto para a produção, como para a manipulação das consciências na sociabilidade humana. O autor Sander (2005), fala sobre a lógica da mercantilização da educação, afirmando que,

[...]no reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esgotamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço”, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shopping centers, funcionais a lógica do consumo e do lucro. (Sander, 2005, p. 16)

Portanto, a educação frente às exigências do novo processo de produção, e mergulhada na lógica do neoliberalismo, é pressionada a se adaptar a fim de atender às novas necessidades, adequando-se às teorias, métodos, formas, conteúdos, currículo, avaliação, formação, entre outras questões, a favor da manutenção e ampliação do capital. Especificamente, a formação dos estudantes e professores é articulada para atender às exigências do mercado de trabalho, o qual está em constante transformação.

Nesse contexto, em busca de moldar o complexo da educação aos interesses do mercado, as agências internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o BM, passam a financiar a educação em detrimento da adesão de suas políticas educacionais. Tais agências impõem suas ideologias e seus mecanismos para conduzir a educação para o mercado de trabalho, precarizando não somente as escolas, como também a formação dos professores.

O BM, como um dos grandes representantes do capital, passa a orientar e definir projetos políticos para a educação. Para essa agência, a educação é fator estratégico para o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza, sendo a escola responsável por essa execução (Freres; Rabelo; Mendes Segundo, 2010). Mas, como o BM põe em prática suas intervenções no campo da educação e consequentemente na formação docente?

O BM passa a orientar na forma como os projetos educacionais são pensados e implementados. Por meio da elaboração de documentos, relatórios, congressos, livros e outros mecanismos, essa agência estabelece, aos governos para os quais empresta dinheiro, as estratégias a serem seguidas. A dependência entre os governos e a linha de empréstimos do BM favorece a adesão das ações e estratégias traçadas por essa agência. Nesse contexto, o Estado é chamado a colaborar, atuando, não por acaso, de forma mínima, visto que os serviços públicos devem ser gerenciados mais em favor dos princípios da iniciativa privada, conforme o projeto neoliberal.

O Estado passa a agir por meio de suas políticas públicas de contenção, procurando contingenciar as pressões sociais, por isso, na atual conjuntura, tantos projetos focais e fragmentados são apresentados como solução para os problemas da sociedade. Freres, Rabelo e Segundo (2010), afirmam que o Estado foi um dos protagonistas da desqualificação do ensino público e dos profissionais da educação, principalmente ausentando-se das obrigações para com a educação e agindo por meio da formulação das leis e decretos, promovendo o processo de desqualificação da formação.

Especificamente, Mendes Segundo e Jimenez (2015) afirmam que desde a década de 1990 o BM atentou-se para a educação, e consequentemente para a formação de professores. A instituição passou a elaborar alguns documentos recomendando aos países em desenvolvimento alterações para seus sistemas educacionais. Nesse momento, o BM, contando com a subordinação do Estado, coloca em prática seu jogo de submissão, à medida que garante seus empréstimos em troca da adesão de suas recomendações. Contudo,

o capital, contando com a colaboração do Estado e sob a coordenação de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros bancos multilaterais, vem impondo suas normas a toda a sociedade.

Com intuito de evidenciarmos nossa fala, vejamos a análise, de forma ainda sucinta, de alguns dos documentos elaborados pelo BM que impõem modificações na educação brasileira e consequentemente na formação do professor.

A formação docente na agenda do Banco Mundial: uma articulação necessária a crise estrutural do capital

A formação docente no Brasil tem sofrido mudanças que visam atender imediatamente às determinações provenientes de documentos e eventos internacionais. Estes comumente apontam, como objetivo principal, a suposta universalização da educação e seu ajustamento à “sociedade do conhecimento”. Grande parte desses documentos são produzidos sob a orientação de agências mundiais, como o BM e a Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Cultura e a Educação (UNESCO).

Nesse momento da pesquisa, elucidaremos algumas das recomendações a que o Banco Mundial propõe para a educação e, em particular, para a formação do professor. Foi realizada a leitura de quatro documentos, no entanto, dado ao pouco espaço de que dispomos, apresentaremos em síntese as percepções de algumas dessas recomendações com foco na educação e, em especial, na formação docente.

Cabe destacar que há um alinhamento nas diretrizes formuladas pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, voltado a consolidar um projeto educacional hegemônico direcionado aos países periféricos e economicamente dependentes. Embora nossa pesquisa tenha como centralidade os documentos produzidos pelo Banco Mundial, um dos documentos analisados foi produzido pela UNESCO e patrocinado pelo BM, revelando o alinhamento entre esses organismos.

Um marco inicial da atuação do BM na educação adveio do documento intitulado de “Declaração Mundial de Educação para Todos”, criado a partir da conferência Mundial sobre Educação para Todos (EPT), na cidade de Jontien, Tailândia, ocorrida em 1990. Tal conferência foi promovida pelas agências Internacionais como Nações Unidas para a Educação (UNESCO), Fundo das nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e patrocinada pelo Banco Mundial. O evento contou com a participação de 155 países e 120 organizações não governamentais (Mendes Segundo; Jimenez, 2015). Entre metas das agências promotoras, havia o propósito de impulsionar a reforma educacional nos países periféricos¹.

Mas, o que a Declaração Mundial de Educação para Todos recomenda para a formação dos professores? De acordo com o documento, em seu primeiro objetivo,

¹ Utilizamos o termo periféricos para definir aqueles países que se localizam na periferia econômica do capitalismo, ou seja, que não impactam decisivamente nos lucros de forma global, uma vez que não possuem um nível elevado de desenvolvimento econômico e social. Antes nomeados de países subdesenvolvidos, atualmente países emergentes ou em desenvolvimento.

1. Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. (Unesco, 1990, p. 02)

Apesar de o documento apontar o interesse em garantir as necessidades básicas de aprendizagem, não podemos nos ludibriar. Independente das diferentes formas de abordagens, o que de fato tem ocorrido é a promoção da educação de forma limitada para os filhos dos trabalhadores, além de garantir a apropriação do conhecimento produzido pela humanidade aos filhos dos grandes proprietários. Rabelo, Jimenez e Segundo (2015, p. 10-11) afirmam que, “[...] o Programa de Educação para Todos foi arquitetado como um projeto do capital em crise estrutural para aligeirar, fragmentar e mercantilizar a educação, impactando a prática e a formação docente”. Com esse intuito, viabilizou uma série de reuniões, conferências e fóruns internacionais, contando com a participação de diversas instituições de cunho capitalista, estabelecendo os pilares para a educação do século XXI.

À parte disso, foram criados outros documentos com intuito de acelerar o ritmo das reformas do sistema socioeducacional em curso. Entre eles, podemos citar as “*Prioridades y Estrategias para La Educacion*”, cuja publicação ocorreu em 1995², direcionadas aos países da América Latina. Nesse documento, o BM enfatiza a educação como forma de redução da pobreza. A esse respeito, destacamos o seguinte trecho do documento: *La educación, y especialmente la educación básica (primaria y secundaria de primer ciclo), contribuye también a reducir la pobreza al aumentar la productividad del trabajo de los pobres, reducir la fecundidad y mejorar la salud, y al equipar a las personas para que participen plenamente en la economía y en la sociedad* (Banco Mundial, 1996, p. 21).

Parece-nos evidente a maneira como a educação é posta como uma forma de ascensão social. O documento enfatiza a preocupação com a educação básica, especificamente dos anos iniciais, com a narrativa de promover o seu acesso, a qualidade e a equidade, além do reconhecimento por parte do BM da necessidade de financiamento para com esse nível de ensino. Conforme o discurso do BM, as séries iniciais da educação básica são uma etapa importante, pois é nela que o aluno aprenderá a ler e escrever, que são os conhecimentos básicos necessários para o ingresso no mercado de trabalho, por isso enfatiza seu financiamento.

Especificamente para a formação dos professores, o documento destaca que estes são responsáveis pela qualidade da educação e do processo de aprendizagem dos alunos, tendo um papel decisivo no desenvolvimento e fracasso da educação do país. Com isso, os professores são os protagonistas do processo educativo e devem ser capacitados e qualificados para exercerem sua profissão, pois “[...] *Los profesores con un conocimiento más profundo de la signatura y con mayor competencia lingüística verbal y escrita tienen alumnos con mejor rendimiento*” (Banco Mundial, 1996, p. 91-92).

² A primeira edição desse documento foi publicada em inglês no ano de 1995. Já sua edição em espanhol foi em 1996. *Germinál: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.17, n.2, p.31-42 -, ago. 2025. ISSN: 2175-5604

O documento ainda enfatiza que os docentes devem: possuir domínio do conteúdo; priorizar os conteúdos das áreas da linguagem, matemática, ciências e habilidade em comunicação; a formação se dá na prática na qual se obtêm os conhecimentos técnicos; necessidade de se dar mais atenção aos indicadores de desempenho, aos resultados da educação; o financiamento privado deve ser encorajado para os tipos e níveis de educação, entre esses o ensino superior e a formação continuada (Banco Mundial, 1996). As políticas educacionais direcionaram seus discursos para a necessidade de garantir o acesso à escolarização e à qualidade educacional, conforme as recomendações do BM. Em vista disso, parece-nos evidente como as premissas econômicas e alienantes idealizadas por essa agência vêm direcionando a educação com consequências na formação do professor.

Outro texto que merece destaque foi publicado em 2010, intitulado “Atingindo uma educação de nível mundial no Brasil: Próximos Passo”. O BM elabora esse documento com intuito de apresentar um balanço das reformas educacionais brasileiras no período de 1995 a 2010 e obter informações para seguir conduzindo e orientando as políticas educacionais do país a seu favor. Nesse documento, o BM analisa especificamente o sistema educacional brasileiro considerando três grandes áreas, são elas:

I) o desenvolvimento das habilidades da força de trabalho para gerar crescimento econômico sustentável; II) a contribuição para a redução da pobreza e da desigualdade através do fornecimento de oportunidades educacionais para todos; e III) a transformação de gastos educacionais em resultados educacionais – sobretudo em aprendizagem estudantil”. (Banco Mundial, 2010, p. 2)

Para o BM, a fim de atingir uma educação de nível mundial, a política educacional brasileira deve focar especificamente no avanço dessas três áreas: habilidades para o mercado de trabalho, oportunidade educacionais para todos e gastos educacionais em resultados. Apesar de abordar a necessidade de garantir a educação para todos, não podemos nos ludibriar, no documento, a atenção está em desenvolver habilidades focadas para o mercado de trabalho e nos resultados avaliativos mediante a oferta “diversificada” da educação sistemática.

Hoje, no entanto, podemos ver com clareza que os efeitos dessas orientações resultaram em programas de avaliações externas, como exemplo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará (SPAECE) e, ainda, em uma educação diversificada baseada no financiamento privado com abertura de diferentes cursos e capacitações de qualidade duvidosa. Tudo isso colaborou para o aprofundamento da dualidade educacional, uma educação para os filhos dos trabalhadores e outra para os filhos dos grandes proprietários.

Nesse mesmo sentido, essa agência também publicou, no ano de 2017, o relatório intitulado “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”. Conforme Guerra e Figueiredo (2021), nesse documento o BM aponta inúmeras responsabilidades ao trabalho do professor, e, ainda, estabelece que as políticas de formação docente no Brasil devem atentar-se para a aquisição de competências e controle de resultados. Isso revela quais são as prioridades no tratamento do financiamento da política educacional.

Especificamente, segundo o BM (2017), as altas taxas de reprovação e de evasão escolar refletem o baixo desempenho do sistema educacional brasileiro. Para a instituição, a baixa qualidade da formação dos professores é o principal fator que restringe a qualidade da educação. Além disso, a agência afirma que o salário dos docentes está conforme o piso salarial nacional e com os padrões internacionais e critica as “rápidas promoções” e os “benefícios” garantidos aos professores ao longo de suas carreiras. Para essa agência,

O magistério permanece uma profissão desprestigiada. Os requisitos para ingresso em cursos de licenciatura são fracos e a formação é de baixa qualidade. É além da pouca seletividade na contratação de professores para os sistemas educacionais estaduais e municipais, os salários não são vinculados do desempenho. [...] Devido às promoções automáticas baseadas nos anos de serviço e da participação em programas de formação, em 15 anos de carreira os salários se tornam duas a três vezes superiores ao salário inicial, em termos reais. Essa evolução supera significativamente a maioria dos países no mundo. Além disso, vale destacar que os professores brasileiros têm direito a planos previdenciários relativamente generosos quando comparado a outros países da OCDE. (Banco Mundial, 2017, p. 127)

O Banco impõe a criação de procedimentos mais rígidos para a seleção de professores desde o ingresso dos cursos de graduação até o processo de contratação desses profissionais, além da criação de instrumentos que balizem a relação entre o desempenho, estabilidade e a renumeração desses profissionais. Relata que o governo brasileiro investe muito recurso na educação superior e poderia economizar cerca da metade do que já foi gasto. Assim, enfatiza a lógica de privatização para as universidades públicas, apontando a necessidade de se cobrar mensalidades e, nesse jogo, articula a reformulação do Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Para nós, uma das estratégias de deslocamento do investimento público para o setor privado, como a proliferação de linhas de crédito privado e o favorecimento dos grandes grupos empresariais no campo da educação.

Por fim, nesse documento, o BM explicita as linhas gerais das principais reformas educacionais que o Brasil, como também os outros países periféricos, devem adotar, tendo como principal medida a redução dos gastos do Estado mediante reformas que valorizam a privatização da educação pública. Para nós, entre outras questões, o que deveria estar em pauta era a garantia da formação com qualidade, melhores condições de trabalho e salários que garantissem a estabilidade de uma vida digna desses profissionais.

A análise dos documentos revelou a concepção de educação e o direcionamento da formação de professores e suas funções arquitetadas pelo BM em conformidade com o sistema capitalista. Na verdade, os capitalistas e apoiadores do neoliberalismo, já perceberam que é necessário tirar a autonomia que o docente possui em relação à educação, pois são tidos como pessoas que refletem sobre as atuais circunstâncias do sistema, por isso, podem causar obstáculos para a efetivação das atuais reformas educacionais.

Nesses documentos, o BM deixa claro que o baixo nível da formação de professores impede o desenvolvimento da educação em países periféricos. Torna-se evidente que essa agência arquiteta novos processos formativos. No entanto, estes ignoram os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos em que os professores e alunos estão inseridos. É possível observar que neste jogo as funções foram invertidas, a escola tem a atribuição de enquadrar-se ao modelo educacional economicista, enquanto o mercado possui

o poder de regulação dos serviços educacionais, bem como a definição de seus conteúdos, metodologias, estruturas e outras ações.

Conclusão

No início de nossa análise, vimos que para Mészáros (2005) a crise estrutural do sistema capitalista tem alcançado todos os campos da sociedade, conservando, de todo modo, o seu objetivo, a reprodução do sistema capitalista, o que não acontece sem causar enormes perdas para a humanidade.

Acerca da atuação do Banco Mundial, a análise, a priori, revela que essa agência, tendo como propósito concretizar o projeto de modernização burguesa educacional do capital, lança mão de vários artifícios. Por essa via, atinge decisivamente a reorganização dos espaços educacionais, conteúdos, financiamento e a formação dos professores. Dentre os documentos analisados, em todos aparece a preocupação com o aumento da produtividade, redução de gastos públicos e valorização das iniciativas privadas, com foco na preparação para o trabalho.

As declarações expostas até aqui evidenciam como o BM tem planejado a formação docente. Para essa agência, as políticas de formação docente no Brasil devem atentar-se para a aquisição de competências e controle dos resultados. Além disso, a instituição critica a forma de progressão dos professores, afirma que o salário desse profissional está conforme o piso salarial nacional e com os padrões internacionais. Os documentos tentam convencer que as altas taxas de reprovação e evasão escolar, alinhadas à má qualidade da formação dos professores, refletem o baixo desempenho do sistema educacional.

Especificamente para a formação docente, os documentos dão destaque à educação continuada em detrimento da educação inicial. Existe uma valorização dos conhecimentos técnicos de professores em detrimento dos conhecimentos científicos, e, ainda, há cobrança de atenção para a eficácia e eficiência da atuação dos professores, sem considerar os aspectos estruturais, econômicos e sociais que interferem no campo do ensino-aprendizagem.

O BM enfatiza o financiamento privado para a obtenção e o aprimoramento da formação educacional, entre esses o ensino superior e a formação continuada. A proposta dos documentos prevê uma redução de tempo e custos com as formações, através da oferta de cursos de caráter duvidoso, além de priorizar os conhecimentos técnicos de professores em detrimento dos conhecimentos científicos que fundamentam à docência.

Nesse sentido, a proposta educacional e consequentemente a formação do professor, que deveria buscar garantir o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, visando a formação do homem para sua emancipação, tem sido atrelada predominantemente às necessidades de reprodução do sistema capitalista diante de sua crise estrutural.

Referências:

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: editora Cortez, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y Estrategias para La Educacion:** examen del Banco Mundial. Washington, DC: World Bank. 1996.

BANCO MUNDIAL. **Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil:** próximos passos – sumário executivo. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7289-banco-mundial-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 jun. 2024.

BANCO MUNDIAL. **Um Ajuste Justo:** Análise da eficiência e da equidade do gasto público no Brasil. Washington, Grupo Banco Mundial, 2017.

FRERES, H; RABELO, J; MENDES SEGUNDO, M. D. Governo e empresariado: a grande aliança em prol do mercado da educação para todos. In: JIMENEZ, S; RABELO, J; SEGUNDO, M. D.D. (org.). **Marxismo, Educação e Luta de Classe:** pressupostos ontológicos e desdobramentos ídeo-políticos. Fortaleza: EDUECE, 2010. p. 33-59.

GUERRA, D.; FIGUEIREDO, I. M. Z. Proposições do Banco Mundial para a política educacional brasileira (2016-2018). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 47, e231359, 2021.

LIMA, Katia. **Contra-Reforma na Educação Superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

MENDES SEGUNDO, M. D.; JIMENEZ, S. O papel do Banco Mundial na Reestruturação do capital: estratégias e inserção na política educacional brasileira. In: RABELO, J.; JIMENEZ, S.; SEGUNDO, M.D.M. (org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015. p. 45-57.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** 2. ed. Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós Neoliberalismo:** As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 24-28.

SADER, E. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Tradução Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

TONET, Ivo. A educação numa encruzilhada. In: MENEZES, Ana Maria Dorta; FIGUEIREDO, Fábio Fonseca. **Trabalho, sociabilidade e educação:** uma crítica à ordem do capital. Fortaleza: Editora UFC, 2003. p. 201-219.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o plano de ação para satisfação das necessidades básicas de Aprendizagem.** Jomtien: Unesco, 1990.

Notas

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora do Município de Senador Pompeu, Ceará. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1925540544215166>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9521-5279>. E-mail: priscila.azevedo@uece.br.

² Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Pesquisadora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO/UECE). Currículo Lattes: betania.moraes@uece.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8760-0380>. E-mail: betania.moraes@uece.br.

³ O termo Bem-estar Social também é conhecido como *Welfare State*, seu surgimento iniciou no final do século XIX, mas seu desenvolvimento ocorreu após a Segunda Guerra Mundial.

Recebido em: 01 de set 2024

Aprovado em: 17 de set. 2025